



## Comunicado nº 01

### CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

A Coordenação do Concurso Público para Provimento de Cargos Técnico-Administrativos em Educação, torna pública a **alteração do Conteúdo Programático das Provas Objetivas – Conhecimentos Gerais, na área de LEGISLAÇÃO, conforme abaixo:**

#### CLASSE D

**1. Constituição Federal de 1988:** Título I (Dos Princípios Fundamentais); Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), capítulo I (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos) e capítulo II (Dos Direitos Sociais); Título III (Da Organização do Estado), capítulo VII (Da Administração Pública), Seção I (Disposições Gerais) e Seção II (Dos Servidores Públicos); e Título VIII (Da Ordem Social), capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto), seção I (Da Educação). **2. Lei nº 8.112/1990** e alterações (Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais). Título I (Das Disposições Preliminares); Título II (Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição); Título III (Dos Direitos e Vantagens); Título IV (Do Regime Disciplinar); e Título V (Do Processo Administrativo Disciplinar). **3. Decreto nº 1.171/1994** e alterações (Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal). **4. Lei nº 11.091/2005** e alterações (Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação). **5. Lei nº 11.892/2008** e alterações (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia). **6. Lei nº 9.394/1996** e alterações (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional). Título II (Dos Princípios e Fins da Educação Nacional) e Título V – Capítulo II (Da Educação Básica). **7. Lei nº 8.429/1992** e alterações (Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional). **8. Lei nº 9.784/1999** e alterações (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal). **9. Lei nº 13.146/2015** e alterações (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **10. Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação). **11. Decreto nº 7.724/2012** (Regulamenta a Lei no 12.527/2011, que dispõe sobre o acesso a informações). **12. Decreto nº 1.590/1995** (Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências).

#### CLASSE E

**1. Constituição Federal de 1988:** Título I (Dos Princípios Fundamentais); Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), capítulo I (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos) e capítulo II (Dos Direitos Sociais); Título III (Da Organização do Estado), capítulo VII (Da Administração Pública), Seção I (Disposições Gerais) e Seção II (Dos Servidores Públicos); e Título VIII (Da Ordem Social), capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto), seção I



MEC - Colégio Pedro II  
Reitoria  
Pró-Reitoria de Ensino

(Da Educação). **2. Lei nº 8.112/1990** e alterações (Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais). Título I (Das Disposições Preliminares); Título II (Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição); Título III (Dos Direitos e Vantagens); Título IV (Do Regime Disciplinar); e Título V (Do Processo Administrativo Disciplinar). **3. Decreto nº 1.171/1994** e alterações (Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal). **4. Lei nº 11.091/2005** e alterações (Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação). **5. Lei nº 11.892/2008** e alterações (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia). **6. Lei nº 9.394/1996** e alterações (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional). Título II (Dos Princípios e Fins da Educação Nacional) e Título V – Capítulo II (Da Educação Básica). **7. Lei nº 8.429/1992** e alterações (Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional). **8. Lei nº 9.784/1999** e alterações (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal). **9. Lei nº 13.146/2015** e alterações (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **10. Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação). **11. Decreto nº 7.724/2012** (Regulamenta a Lei no 12.527/2011, que dispõe sobre o acesso a informações). **12. Decreto nº 1.590/1995** (Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências).

Ficam mantidos os demais **Conteúdos Programáticos das Provas Objetivas**.

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2018.